ENTRE O RECONHECIMENTO E A EFETIVIDADE: A PROTEÇÃO DOS DIREITOS INDÍGENAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

BETWEEN RECOGNITION AND EFFECTIVENESS: THE PROTECTION OF INDIGENOUS RIGHTS IN CONTEMPORARY BRAZIL

Ana Clara Raimar Santos Silva[1]

Gabriela Maia Rebouças [2]

RESUMO

O presente artigo analisa a proteção dos direitos indígenas no Brasil contemporâneo, destacando a distância existente entre o reconhecimento normativo e a efetividade prática dessas garantias. A Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico ao reconhecer os direitos originários dos povos indígenas às suas terras e culturas, rompendo com paradigmas assimilacionistas. Contudo, a efetivação desses direitos ainda enfrenta obstáculos, sobretudo diante de pressões políticas e econômicas. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, examina a evolução normativa, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, com destaque para casos paradigmáticos como Raposa Serra do Sol e a imprescritibilidade do dano ambiental, e os desafios atuais, como a tese do marco temporal, a consulta prévia e a exploração predatória de recursos naturais. Conclui-se que a efetividade plena dos direitos indígenas exige não apenas a atuação jurisdicional, mas também políticas públicas consistentes e o fortalecimento da participação social, reafirmando a diversidade cultural como fundamento essencial do Estado democrático brasileiro.

Palavras-chave: Constituição Federal; Direitos Indígenas; Efetividade; Jurisprudência; Supremo Tribunal Federal.

[1] Mestranda em Direitos Humanos na linha de pesquisa Direitos Humanos, Novas Tecnologias e Desenvolvimento Sustentavel pelo Programa de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Tiradentes (PPGD/UNIT). Bolsista acadêmica pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: mestrado_anaclara@souunit.com.br

[2] Doutora em Direito pela UFPE com estágio pós-doutoral em Coimbra/PT. Docente do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da UNIT/SE. Líder do grupo de pesquisa Acesso à justiça, direitos humanos e resolução de conflitos, ativo do diretório do CNPq. E-mail: gabriela_maia@unit.br

ABSTRACT

This article analyzes the protection of Indigenous rights in contemporary Brazil, emphasizing the gap between normative recognition and the practical effectiveness of these guarantees. The 1988 Federal Constitution represented a historic milestone by recognizing Indigenous peoples' original rights to their lands and cultures, breaking away from assimilationist paradigms. However, the implementation of these rights still faces obstacles, particularly due to political and economic pressures. This qualitative and bibliographic research examines the historical and normative evolution, the jurisprudence of the Brazilian Supreme Federal Court — highlighting landmark cases such as Raposa Serra do Sol and the imprescriptibility of environmental damage — as well as current challenges, including the "time frame thesis," prior consultation, and predatory exploitation of natural resources. The study concludes that the full effectiveness of Indigenous rights requires not only judicial enforcement but also consistent public policies and the strengthening of social participation, reaffirming cultural diversity as an essential foundation of the Brazilian democratic state.

Keywords: 1988 Federal Constitution; Effectiveness; Indigenous Rights; Jurisprudence; Supreme Federal Court.

1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno dos direitos indígenas no Brasil mostra sua importância no cenário jurídico e social, a partir do momento que envolve a proteção de povos historicamente marginalizados e submetidos a processos de exclusão desde o período colonial. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha representado um marco normativo ao reconhecer o direito originário às terras tradicionalmente ocupadas e à preservação das culturas indígenas, a efetividade dessas garantias ainda se mostra ameaçada diante de pressões políticas, econômicas e institucionais. Com base nisso, investigar como o sistema jurídico brasileiro lida com a questão indígena é essencial para compreender as tensões entre a norma e a prática.

Além da importância, acadêmica, o tema possui grande relevância social, pois reflete diretamente sobre a dignidade humana, a diversidade cultural e o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Analisar os direitos indígenas sob a ótica jurisprudencial permite identificar avanços e retrocessos

no campo da proteção jurídica, além de contribuir para o fortalecimento de estratégias que assegurem não apenas o reconhecimento formal, mas também a concretização material dos direitos fundamentais desses povos.

O problema central da presente pesquisa gira em torno de: como o sistema jurídico brasileiro tem garantido a efetividade dos direitos indígenas diante das recorrentes violações e pressões externas? A partir dele, formula-se o objetivo geral de analisar a efetivação dos direitos indígenas no sistema jurídico brasileiro, com ênfase na jurisprudência e nos desafios contemporâneos para a sua concretização.

Para o alcance desse propósito, cada seção do trabalho foi organizada a partir de um objetivo específico. Assim, em primeiro lugar, examinar o marco normativo e a evolução histórica do reconhecimento dos direitos indígenas no Brasil, contextualizando os avanços e retrocessos ao longo do tempo. Em seguida, analisar a jurisprudência nacional, com destaque para decisões do Supremo Tribunal Federal, no que concerne à efetivação dos direitos indígenas e seus limites práticos. Por fim, avaliar os principais desafios atuais na proteção dos direitos indígenas, considerando as pressões políticas, econômicas e sociais que interferem na efetividade desses direitos. Tais objetivos estruturam o desenvolvimento do presente artigo.

Considerando a relevância do tema, espera-se que este estudo contribua para a reflexão crítica acerca do papel do Direito e do Judiciário na garantia da dignidade e da diversidade cultural dos povos indígenas. Também pretende-se demonstrar que a efetivação de seus direitos exige não apenas a aplicação de normas constitucionais e infraconstitucionais, mas uma atuação integrada entre Estado e sociedade civil, capaz de enfrentar os entraves estruturais que ainda persistem.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, ou seja, foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e análise documental, como os cadernos de jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e Ministério Publico Federal. Possibilitando, assim, a compreensão da evolução histórica, examinar interpretações jurídicas e identificar os principais desafios contemporâneos, oferecendo uma visão aprofundada a respeito da efetivação dos direitos indígenas no Brasil.

2. O RECONHECIMENTO NORMATIVO DOS DIREITOS INDÍGENAS NO BRASIL

A trajetória recente do Direito Indigenista no Brasil passa por uma inflexão decisiva entre o modelo anterior, de cunho integracionista/tutelar, e o paradigma constitucional de 1988, assentado na diversidade étnica, no direito originário às terras tradicionalmente ocupadas e na proteção da organização social e cultural dos povos indígenas. O Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973) procurou sistematizar a matéria sob forte influência da política de "integração", em que o Estado se via como tutor e a "plena integração" à sociedade envolvente era tomada como fim, assim, ao passo que o texto constitucional de 1988 rompe com essa teleologia e reconhece os povos indígenas como sujeitos de direitos, titulares de direitos fundamentais coletivos e individuais. Essa virada é bem sintetizada pelo próprio Ministério Público Federal ao identificar na Constituição de 1988 "um novo paradigma", pluralista e de autodeterminação.

> Este Manual é uma coletânea de decisões judiciais sobre os temas mais caros aos povos indígenas do Brasil nos últimos trinta anos. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um novo paradigma. Reconheceu o Brasil como um país pluriétnico e multicultural (arts. 231 e 232). Portanto, adotou a Doutrina Pluralista ou da Autodeterminação. (Brasil, 2019, pg. 15.)

Entre o Estatuto e a Carta Magna, a Emenda Constitucional nº 1/1969 (art. 198) já ensaiava proteção territorial indígena, nela declarava-se inalienáveis as terras "habitada[s] pelos silvícolas", assegurando-lhes posse permanente e usufruto exclusivo das riquezas nelas existentes, além de nulidade de atos de domínio, posse ou ocupação em sentido contrário, sem direito a indenização contra a União e a Fundação Nacional dos Povos Indigenas (FUNAI). Trata-se de passo importante, mas ainda marcado pelo vocabulário e pela lógica assimilacionista (tutelar), que a Constituição de 1988 viria a superar de modo estruturante.

Com a Constituição da República de 1988 (Brasil, 1988), a tutela cede lugar ao reconhecimento de direitos originários (art. 231, caput), isto é, preexistentes ao próprio Estado brasileiro, sobre as terras tradicionalmente ocupadas, as quais se tornaram inalienáveis e indisponíveis, com usufruto exclusivo das riquezas do solo,

dos rios e dos lagos (art. 231, §§ 2º e 4º), e com nulidade de atos que as contrariem (art. 231, § 6º). O texto também passou a proteger a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, impondo à União o dever de "demarcar, proteger e fazer respeitar" tais direitos (art. 231) e assegurando capacidade processual aos povos indígenas e suas comunidades (art. 232). Em termos sistemáticos, a Constituição dedica um capítulo próprio "Dos Índios" (Cap. VIII do Título VIII), ao mesmo tempo em que espalha garantias correlatas por outros dispositivos (arts. 210, §2º; 215, §1º), compondo um regime jurídico coerente com a noção de Estado pluriétnico[3].

No plano dogmático, a teoria tem destacado que "direitos originários" significam posse congênita e anterior ao Estado, vinculada ao indigenato, o que reforça o caráter não-disponível das terras tradicionalmente ocupadas e legitima a demarcação como dever constitucional da União. Esse entendimento, alinhado à leitura histórica e antropológica consolidada, confere densidade normativa à virada de 1988 e explica por que a efetividade dos direitos territoriais é condição de possibilidade para os demais direitos fundamentais indígenas (cultura, educação, modos de vida).

Em síntese, a linha evolutiva que vai do Estatuto do Índio (1973) à Constituição de 1988 revela a transição de um regime tutelar-integracionista para um constitucionalismo pluralista, assentado na autodeterminação e no reconhecimento de direitos originários. A Constituição de 1988 não apenas reforça as salvaguardas territoriais esboçadas em 1969, como também as reconceitua à luz da centralidade dos povos indígenas como sujeitos de direitos, fixando um patamar normativo que orienta a legislação infraconstitucional e a atuação jurisdicional subsequente.

A Constituição Federal de 1988 representa um marco no reconhecimento dos direitos fundamentais dos povos indígenas, não apenas pelo capítulo específico a eles destinado (arts. 231 e 232), mas também pela inserção transversal de garantias em diversos dispositivos constitucionais. Esses direitos assumem um caráter coletivo

[3] O Estado pluriétnico brasileiro, conforme a Constituição de 1988, reconhece a diversidade cultural e étnica do país, promovendo a preservação e valorização das identidades de grupos étnicos. Isso inclui a proteção de direitos indígenas, a demarcação e proteção de terras, e a promoção de um Estado que respeite e valorize a pluralidade cultural.

e individual, relacionados à preservação da identidade cultural, à proteção territorial e ao acesso a serviços públicos em igualdade de condições com os demais cidadãos.

Nesse sentido, o artigo 231 reconhece “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Brasil, 1988), estabelecendo o direito de usufruir exclusivamente dos recursos naturais ali existentes. Trata-se de um direito fundamental coletivo, que não vem de concessão estatal, mas da própria existência histórica e cultural desses povos, fazendo com que assim a Constituição reafirme a concepção de que o direito à terra é indissociável da própria sobrevivência física e espiritual das comunidades indígenas.

> O direito dos índios é originário e decorre de sua conexão sociocultural com povos pré-colombianos que aqui habitavam. Tal direito não procede do reconhecimento do Estado (nem é anulado pelo não reconhecimento), mas decorre do fato mesmo da sobrevivência atual dos grupos humanos que se identificam por tradições ancestrais e que se consideram como etnicamente diferenciados de outros segmentos da sociedade nacional (Oliveira, 1987, pg.8).

Além do direito territorial, a Carta de 1988 assegura aos indígenas o respeito às suas organizações sociais, línguas, crenças e tradições, protegendo a diversidade cultural como um bem jurídico fundamental. O art. 210, § 2º, por exemplo, prevê a garantia de ensino fundamental ministrado em línguas maternas próprias, o que reflete a valorização do pluralismo cultural. O art. 215, por sua vez, determina a proteção às manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, reafirmando a centralidade da identidade cultural no rol dos direitos fundamentais.

O alcance desses direitos, mais uma vez, vai além da dimensão cultural. O texto constitucional prevê ainda o direito à saúde diferenciada, que deve respeitar os saberes tradicionais e as especificidades de cada comunidade, assim como o direito de ingressar em juízo para a defesa de seus interesses (art. 232), rompendo com a lógica de incapacidade civil anteriormente imposta pelo regime tutelar.

> Pode-se conceituar como Direito Indígena o conjunto de leis e dispositivos elaborados para representar os interesses de uma parcela específica da população, os indígenas, que no Brasil e em tantos outros países segue com seu particular, tradicional e ancestral modo de vida. Todavia, este não se restringe apenas à posse da terra, mas abrange a cidadania, a educação, o

> trabalho, a seguridade social, o meio ambiente, a sustentabilidade econômica, a cultura e a liberdade religiosa. (Pereira, 2022, pg.2)

Dessa forma, os direitos fundamentais assegurados aos povos indígenas devem ser compreendidos em sua amplitude multidimensional: não apenas como garantias territoriais, mas também como direitos culturais, sociais, econômicos e ambientais. O seu alcance exige a articulação entre normas constitucionais, legislação infraconstitucional e tratados internacionais, de modo a assegurar a efetividade da dignidade humana dos povos originários em sua especificidade cultural e histórica.

3. A JURISPRUDÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS INDÍGENAS

Em sentido a proteção dos direitos indígenas a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) tem se mostrado um campo decisivo para a concretização dos mesmos previstos na Constituição de 1988. Se, por um lado, o texto constitucional já consagra direitos originários, culturais e territoriais, por outro, a efetividade desses direitos depende muitas vezes da atuação jurisdicional, diante da omissão ou resistência dos poderes Executivo e Legislativo. Nesse sentido, o STF desempenha o papel de “guardião da Constituição” não apenas de forma abstrata, mas em casos concretos que envolvem a vida de comunidades inteiras, tornando-se um verdadeiro ator político e social na luta pela garantia dos direitos indígenas.

A decisão da Suprema Corte no caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada em Roraima, por exemplo, representa um marco histórico para o Direito Indígena brasileiro. O julgamento, concluído em 2009, consolidou a interpretação de que os arts. 231 e 232 da Constituição conferem direitos originários às terras tradicionalmente ocupadas, reconhecendo a validade da demarcação em faixa contínua.

O STF enfatizou ainda, que a proteção territorial não vem de uma concessão do Estado, mas sim de reconhecimento da ocupação tradicional que já existia ali (Brasil, 2009). Essa interpretação reforça a concepção do indigenato, isto é, a ideia de que a posse indígena é congênita e anterior à formação do Estado nacional.

Todavia, no mesmo julgamento, a Corte estabeleceu as chamadas 19 condicionantes, que buscavam disciplinar o exercício dos direitos reconhecidos e mitigar tensões políticas locais.

Em 2013, ao julgar embargos de declaração, o STF esclareceu que tais condicionantes não possuíam efeito vinculante geral, mas se aplicavam ao caso específico de Raposa Serra do Sol. Esse ponto é fundamental, pois afasta a tentativa de setores contrários aos direitos indígenas de utilizar as condicionantes como restrição generalizada às demais demarcações. Ainda assim, a decisão deixou em aberto discussões importantes, como a possibilidade de fixação de um marco temporal para a ocupação tradicional, que voltou ao debate em processos posteriores.

Outro ponto relevante na jurisprudência do STF diz respeito à consulta livre, prévia e informada, prevista na Convenção nº 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Em 2019, no julgamento da Suspensão de Liminar (SL) 995, o STF analisou um pedido relacionado à construção de uma linha de transmissão elétrica. A controvérsia girava em torno da ausência de consulta às comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento.

No caso em questão, o Tribunal reconheceu a importância da consulta, mas optou por suspender a decisão que paralisava a obra, sob o argumento de que já havia execução avançada e que o cancelamento imediato implicaria grave lesão à ordem econômica. O caso revela uma ambivalência da jurisprudência: de um lado, o STF reconhece a relevância do direito de consulta; de outro, condiciona sua efetividade a fatores conjunturais, como a fase da obra e o impacto econômico de sua suspensão.

Esse precedente mostra tanto o potencial quanto a fragilidade da judicialização: o direito à consulta não foi negado em abstrato, mas sua concretização foi relativizada diante de interesses econômicos. Assim, percebe-se que a proteção jurisdicional dos direitos indígenas pode variar conforme os fatores políticos, econômicos e processuais envolvidos em cada litígio.

A decisão no Recurso Extraordinário 654.833, em repercussão geral (Tema 999), reforçou a relação entre direitos indígenas e tutela ambiental. No caso, a Comunidade Ashaninka-Kampa do Rio Amônia, no Acre, buscava reparação por

danos ambientais causados pela exploração ilegal de madeira em seu território. O STF fixou a tese de que “é imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental. ”

Essa decisão demonstrou alcance estrutural, pois o meio ambiente ecologicamente equilibrado é condição indispensável para a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas. O reconhecimento da imprescritibilidade naquele momento fortaleceu a proteção dos territórios indígenas, assegurando que violações ambientais não se consolidem pelo simples decurso do tempo. Além disso, reafirma a ideia de que o meio ambiente é um direito fundamental transgeracional, cujo gozo pertence não apenas aos presentes, mas também às futuras gerações.

No entanto as jurisprudências do STF revelam tanto avanços significativos quanto limitações estruturais na efetivação dos direitos indígenas. Entre as potencialidades, destaca-se a capacidade da Corte de densificar normas constitucionais, conferindo maior segurança jurídica e fortalecendo a proteção dos povos originários em face de interesses contrários. Casos como Raposa Serra do Sol e a imprescritibilidade dos danos ambientais na a Comunidade Ashaninka-Kampa são exemplos de decisões que consolidam interpretações protetivas e ampliam o alcance dos direitos fundamentais.

Outro aspecto positivo é a possibilidade de judicializar omissões estatais. Diante da inércia do Executivo em concluir demarcações ou em assegurar serviços públicos adequados, o STF tem se mostrado uma instância capaz de impor limites à violação de direitos constitucionais. Além disso, a jurisprudência confere visibilidade política e social à pauta indígena, trazendo o debate para a esfera pública e pressionando por maior responsabilidade institucional.

Contudo, existem limites relevantes, uma vez que a judicialização é essencialmente casuística, dependente das circunstâncias específicas de cada processo. A decisão da SL 995 evidencia que o STF, em determinadas situações, pode relativizar direitos fundamentais em função de critérios econômicos ou de ordem pública, enfraquecendo a força normativa da Convenção nº 169 da OIT.

Outro limite é a falta de efeito vinculante amplo em alguns precedentes. Embora Raposa Serra do Sol tenha sido um julgamento paradigmático, o STF deixou

claro que suas condicionantes não tinham efeito geral, o que exige a rediscussão de pontos sensíveis em cada novo processo. Essa postura gera insegurança e abre espaço para litígios repetitivos, atrasando a efetividade de tais direitos.

Por fim, a judicialização não substitui a implementação de políticas públicas, ou seja, o Judiciário pode garantir avanços pontuais, mas a efetivação plena dos direitos indígenas depende de ações administrativas contínuas, como a demarcação de terras, o fortalecimento da FUNAI e a criação de políticas de proteção socioambiental. Como destacam Fernandes e Machado (2020), o STF pode funcionar como mecanismo de resistência, mas sua atuação precisa ser complementada pela responsabilidade dos demais poderes na execução de políticas públicas estruturais.

Dessa forma, a jurisprudência do STF deve ser entendida como um campo de disputa permanente, no qual se equilibram princípios constitucionais, interesses econômicos e pressões políticas. O reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos de direitos plenos ainda encontra resistência em setores que buscam relativizar conquistas históricas, seja por meio da tese do marco temporal, seja pela flexibilização de direitos procedimentais, como a consulta prévia. Assim, a efetividade da jurisprudência não depende apenas da decisão final do Tribunal, mas também da sua capacidade de irradiar efeitos para a administração pública e de ser apropriada pelos próprios povos indígenas como instrumento de resistência e afirmação de sua dignidade.

4. DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS À PROTEÇÃO DOS DIREITOS INDÍGENAS

A efetivação dos direitos indígenas no Brasil, embora assegurada de forma eficaz pela Constituição de 1988 e reafirmada em decisões paradigmáticas do Supremo Tribunal Federal, continua enfrentando desafios no cenário contemporâneo. A realidade mostra que a distância entre o plano normativo e a concretização prática desses direitos é marcada por disputas políticas, econômicas e culturais que colocam em risco a sobrevivência física, social e espiritual das comunidades indígenas.

Nesse contexto, Pereira (2022) ressalta que o direito indígena deve ser compreendido de forma ampla e multidimensional. Ele não se restringe apenas à questão fundiária ou à posse da terra, mas abrange outros aspectos igualmente fundamentais, como a cidadania, a educação, o trabalho, a seguridade social, o meio ambiente, a sustentabilidade econômica, a cultura e a liberdade religiosa. Isso demonstra que a efetividade dos direitos indígenas exige a implementação de políticas públicas e ações estatais que garantam não apenas a proteção territorial, mas também condições para a plena realização da vida comunitária em todas as suas dimensões.

Um dos principais obstáculos é a pressão exercida por setores econômicos, em especial o agronegócio e a mineração. Grandes empreendimentos de infraestrutura, exploração de recursos naturais e projetos de expansão agrícola frequentemente avançam sobre territórios tradicionalmente ocupados, gerando conflitos fundiários e episódios de violência contra comunidades indígenas. A ausência de políticas públicas consistentes de fiscalização e proteção territorial favorece a continuidade de práticas como a grilagem, o garimpo ilegal e o desmatamento, que não apenas comprometem a integridade das terras indígenas, mas também degradam o meio ambiente de forma irreversível. Como observam Silva e Oliveira (2019), a violação ambiental em territórios indígenas fragiliza não só a biodiversidade, mas também a sobrevivência cultural e espiritual dessas comunidades.

Nesse contexto, o debate em torno da chamada tese do marco temporal ilustra um dos maiores riscos à consolidação dos direitos constitucionais. A ideia de condicionar a demarcação de terras à comprovação de ocupação em 5 de outubro de 1988 ignora séculos de expulsões, massacres e deslocamentos forçados, negando a historicidade das comunidades e reduzindo drasticamente a abrangência do art. 231 da Constituição. Souza (2021) destaca que a tese do marco temporal reflete mais uma tentativa de flexibilização dos direitos originários do que um verdadeiro esforço interpretativo constitucional. A controvérsia em torno dessa tese reflete um conflito maior entre duas visões de Estado: de um lado, a que reconhece a diversidade étnica como elemento estruturante da ordem constitucional; de outro, a que pretende

subordinar os direitos indígenas a interesses econômicos imediatos, tratando-os como obstáculos ao desenvolvimento.

Outro desafio relevante refere-se à efetividade da consulta prévia, livre e informada, prevista na Convenção nº 169 da OIT. Embora formalmente assegurada, a consulta raramente é realizada de forma adequada e muitas vezes é substituída por audiências públicas que não garantem a participação efetiva das comunidades. Além disso, decisões judiciais demonstram que, quando a consulta é exigida em estágios avançados de execução de obras, tende a ser relativizada em nome da preservação de investimentos e da ordem econômica. Essa fragilidade revela a necessidade urgente de regulamentação clara sobre os procedimentos de consulta, garantindo que seja realizada de maneira tempestiva, transparente e culturalmente apropriada. Como observa Lima (2018), a falta de regulamentação da Convenção nº 169 no Brasil gera um vácuo normativo que permite ao Estado e ao Judiciário relativizar um direito fundamental procedimental.

A questão ambiental também se impõe como um dos grandes desafios contemporâneos. O avanço do desmatamento, da mineração ilegal e da exploração predatória de recursos naturais ameaça diretamente a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas. A degradação ambiental atinge não apenas a biodiversidade, mas também compromete práticas tradicionais de subsistência, destrói territórios sagrados e fragiliza vínculos comunitários. Apesar de decisões do STF reconhecerem a imprescritibilidade da reparação civil por danos ambientais (BRASIL, STF, 2020), a efetividade dessa garantia esbarra na lentidão processual e na dificuldade de implementação de medidas reparatórias em larga escala. Para Rodrigues (2020), a proteção da terra indígena está diretamente ligada à preservação ambiental global, sendo sua degradação uma ameaça não apenas às comunidades, mas também ao equilíbrio ecológico e às futuras gerações.

Assim, é importante destacar que a resistência dos povos indígenas constitui, por si só, um fator determinante para a preservação de seus direitos. Mobilizações sociais, ocupações, participação em instâncias internacionais e fortalecimento das organizações comunitárias são estratégias que têm contribuído para manter a pauta indígena no centro do debate público e jurídico. Fernandes e

Machado (2020) ressaltam que essa resistência não é apenas defensiva, mas também propositiva, constituindo-se como instrumento de afirmação cultural e de pressão política para a concretização de direitos. Ainda assim, a efetividade plena dos direitos constitucionais exige um compromisso mais firme do Estado brasileiro em garantir a proteção dos territórios, respeitar as especificidades culturais e implementar políticas públicas consistentes que assegurem dignidade e autonomia às comunidades.

Por fim, os desafios atuais demonstram que a proteção dos direitos indígenas no Brasil vai além do reconhecimento normativo e da jurisprudência, sendo um processo contínuo de enfrentamento a estruturas históricas de exclusão e a interesses econômicos que ainda prevalecem sobre os direitos fundamentais. A consolidação de um Estado verdadeiramente pluriétnico, como propõe a Constituição de 1988, depende da superação desses obstáculos e da construção de um modelo de desenvolvimento que incorpore a diversidade cultural como elemento essencial da vida democrática.

5. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo demonstra que a proteção dos direitos indígenas no Brasil é fruto de um processo histórico de conquistas e tensões, no qual a Constituição de 1988 representou um marco civilizatório ao reconhecer a diversidade cultural e os direitos originários às terras tradicionalmente ocupadas. Esse reconhecimento normativo, ao romper com paradigmas assimilacionistas, consolidou juridicamente a ideia de um Estado pluriétnico e multicultural.

No entanto, a concretização desses direitos depende, em grande parte, da atuação jurisdicional. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem se mostrado um instrumento fundamental para dar densidade normativa à Constituição, como revelam decisões nos casos da Raposa Serra do Sol, da consulta prévia e da imprescritibilidade da reparação por danos ambientais. Tais julgados reafirmam a centralidade dos povos indígenas na ordem constitucional e oferecem modelos para a proteção territorial, cultural e ambiental.

Ainda, apesar de tantos avanços, existem desafios que dificultam a efetividade plena dos direitos indígenas. A pressão de setores econômicos sobre as terras, a fragilidade institucional de órgãos responsáveis pela proteção, a ausência de regulamentação clara sobre a consulta prévia e a ameaça constante de projetos de lei que contrariam os direitos dos indios revelam que o reconhecimento constitucional, por si só, não é suficiente. A prática mostra que a efetivação desses direitos exige vigilância constante, mobilização social e um comprometimento político firme por parte do Estado brasileiro.

Assim, conclui-se que a defesa dos direitos indígenas deve ser compreendida como uma tarefa coletiva e contínua, que envolve não apenas o Poder Judiciário, mas também o Legislativo, o Executivo e a sociedade civil. O desafio que se coloca é transformar conquistas normativas e decisões judiciais em políticas públicas efetivas, capazes de garantir a sobrevivência física, cultural e espiritual dos povos indígenas. Fazendo com que seja possível concretizar o projeto constitucional de um Brasil verdadeiramente pluriétnico, no qual a diversidade seja reconhecida como um valor essencial para a democracia e a justiça social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre o Estatuto do Índio.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 dez. 1973.

BRASIL. **Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais.** Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da OIT. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 abr. 2004.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969**. Edita o novo texto da Constituição Federal de 1967. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 out. 1969.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Petição 3.388/RR**. Rel. Min. Carlos Ayres Britto. Tribunal Pleno. Julgado em 19 mar. 2009. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/. Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Suspensão de Liminar 995 AgR**. Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, j. 07 ago. 2019. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/. Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 654.833/AC.** Rel. Min. Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, j. 01 ago. 2019. Repercussão geral (Tema 999). Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/. Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 6. **Manual de jurisprudência dos direitos indígenas** / 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília : MPF, 2019. 920 p. Disponível também em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e publicacoes/manual-de-atuacao. Acesso em: 21 ago. 2025.

FERNANDES, Edson; MACHADO, Maria da Consolação. **A tutela dos direitos indígenas**. 2020. Disponível em: https://www.publicacoesjuridicas.com.br. Acesso em: 21 ago. 2025.

LIMA, Bruna Sampaio de. **A falta de regulamentação da Convenção 169 da OIT**. 2018. Disponível em: https://www.conpedi.org.br. Acesso em: 21 ago. 2025.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Terras indígenas: uma avaliação preliminar de seu reconhecimento oficial e de outras deslinações sobrepostas**. Terras Indígenas do Brasil. Rio de Janeiro: (PETI), CEDI (Centro Ecumênico de Documentos e informação), Museu Nacional, 1987

PEREIRA, Meire Rose Santos. **Direito dos Povos Indígenas**. *In:* ENCICLOPÉDIA JURÍDICA DA PUCSP. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/. Acesso em: 21 ago. 2025.

RODRIGUES, André Cutrim. A garantia do direito à terra do povo indígena U'wa e seus reflexos na proteção do meio ambiente no direito internacional**. Revista de Direito Internacional,** Brasília, v. 17, n. 2, p. 43-59, 2020.

SILVA, Cláudia; OLIVEIRA, Mateus. A importância das comunidades tradicionais para a proteção e preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico cultural**. Revista Jurídica**, v. 25, n. 3, p. 112-128, 2019.

SOUZA, Patrícia Nogueira de. **A tutela dos direitos indígenas**. 2021. Disponível em: https://www.editorajuridica.com.br. Acesso em: 21 ago. 2025.